

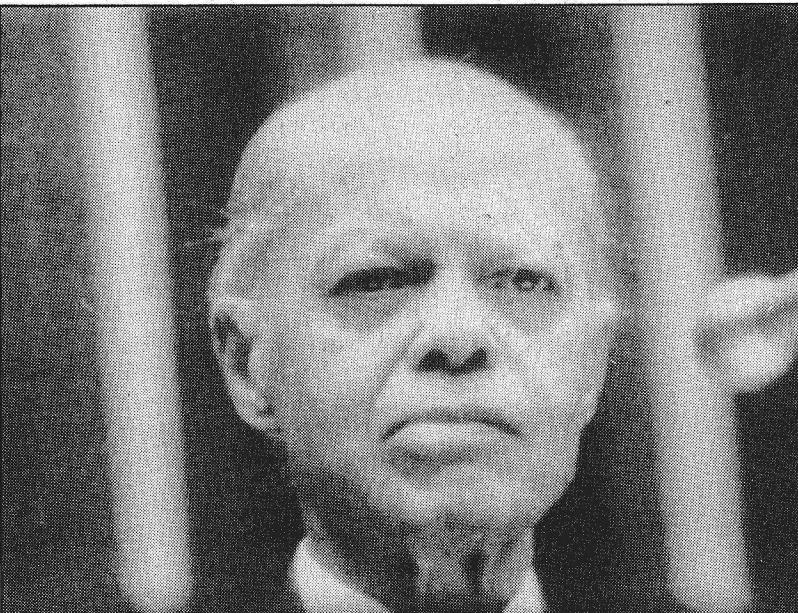
# Congresso vota a LDO. De olho na lei salarial.

RAIMUNDO COSTA/AE

Depois do mais curto recesso de sua história, o Congresso reabre às 14 horas de hoje convocado especificamente para votar o projeto da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). Mas, na prática, as atenções dos parlamentares governistas e de oposição estarão fixadas em outra matéria: o projeto de lei salarial, já aprovado na Câmara e que se encontra em tramitação no Senado. "Nós pretendemos votar a política salarial antes da LDO", avisa o líder do PDT na Câmara, deputado Vivaldo Barbosa (RJ). Na mesma posição do PDT, isto é, obstruir a votação até que os senadores apreciem a política salarial, colocam-se os demais partidos de oposição, com exceção do PSDB.

A convocação extraordinária também movimentou o governo. Ontem mesmo, enquanto cancelava o lançamento de sua candidatura a governador de Alagoas, marcado para a mesma hora da sessão de hoje, o líder do governo na Câmara, deputado Renan Calheiros (PRN-AL), anunciou a estratégia que levará ao plenário: impedir a realização de sessões independentes da Câmara e do Senado, sob o argumento de que as duas Casas estão em recesso. Já houve o encerramento do período legislativo, por meio de declarações solenes, vai argumentar Renan. Se o Senado está em recesso, não pode votar a política salarial.

A sessão extraordinária foi marcada às pressas pelo presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro, cumprindo a decisão do Supremo Tribunal Federal que, na quarta-feira obrigou o Legislativo a apresentar a LDO para só então ingressar no período de recesso parlamentar. Da praia Saco de São Francisco, em Niterói, onde se encontra em campanha para governador do Rio, o senador telefonou a Nerione Cardoso, diretor-geral da mesa, para que



André Dusek/AE

Nelson Carneiro:  
insistência que irritou os parlamentares.

tomasse as seguintes providências: acionar as lideranças políticas e comunicar os jornalistas que a sessão acontece hoje às 14 horas — relata de Brasília o repórter Flamarion Mossri, da Agência Estado. Em sessão extraordinária, o Congresso só vota a matéria para a qual foi convocado.

"Não se trata de convocação extraordinária, mas de prorrogação da sessão legislativa", rebateu o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), também por telefone e de Buenos Aires, onde integra a comitiva do presidente Fernando Collor. Para o senador Alexandre Costa (PFL-MA), Nelson Carneiro não convocou os parlamentares, mas convidou-os para a sessão. No seu raciocínio, a convocação extraordinária, como fixa a Constituição, é competência dos presidentes da República, do Senado e da Câmara. "Assim, o senador Nelson Carneiro e o presidente da Câmara, Paes de Andrade, deveriam ocupar uma rede nacional de rádio e televisão para fazer a convocação formal", ele recomendou.

Por outro motivo, funcionários da Mesa do Senado tentaram convencer Nelson Carneiro a deixar para a próxima semana, argumentando que seria difícil reunir, em Brasília, numa sexta-feira, até mesmo o número mínimo de parlamentares para a abertura da sessão: 83 deputados e 13 senadores.

## Orçamento comprometido. Como cumprir a meta?

Mas o senador, sem explicações, insistiu na sua decisão, o que certamente irritou muitos parlamentares. Alcançado no interior do Estado do Amazonas pela liderança do governo, o deputado José Fernandes (PST) avisou: "Está bem, eu vou, mas vou passar um telegrama ao Nelson com apenas três palavras: O senhor está gagá".

Embora concordem que o Congresso não entrou em recesso, impedido pelo retardamento da votação do projeto da LDO, os lí-

deres dos dois maiores partidos de oposição — PMDB e PSDB — admitem votar o projeto. O governo também concorda com a maioria das modificações apresentadas ao projeto original de sua autoria, pelo relator, o senador José Richa (PSDB-PR). Mesmo assim, membros da equipe econômica já estudam os artigos que recomendarão ao presidente Collor para vetar. Um deles obriga o governo a destinar, no mínimo, 30% do orçamento da segurança social à área da saúde. Conforme explicação de técnicos do governo ao repórter Aldo Renato, da AE, é impossível cumprir essa meta porque 85% do orçamento já está comprometido com os benefícios que abrangem os segurados e os pensionistas da Previdência. Outro ponto refere-se ao Orçamento Plurianual 1991-1995 — projeto que o governo enviará no próximo semestre para apreciação do Congresso. O projeto de LDO obriga que o Plano Plurianual indique necessidades de recursos e as respectivas fontes de financiamento em relação aos subprogramas. Os parlamentares, argumentam os técnicos, quiseram garantir objetividade e transparência, mas consideram impraticável descer a esse detalhe.

O problema imediato fica por conta do esforço para atingir o quórum. Os parlamentares não receberão para trabalhar, mas a falta, cerca de Cr\$ 20 mil por dia, será descontada de seus salários. O esforço foi feito: os funcionários de todas as lideranças passaram o dia telefonando aos parlamentares, todos em campanha no interior. Poucos, como o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) ou o senador Mário Covas (PSDB-SP), tiveram a iniciativa da chamada. Mas com uma dúvida: vale a pena pegar um avião em plena sexta-feira para Brasília, correndo o risco de não haver quórum na sessão?